

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 13.08.2026

Promover o desenvolvimento sinérgico dos sectores de saúde público e privado

Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem vindo a aperfeiçoar, de forma contínua, o sistema de saúde de Macau, promovendo, de forma ordenada, um conjunto de medidas na área da saúde, consolidando assim os alicerces de uma «Cidade Saudável». Desde a sua entrada em funcionamento em 2024, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas – Centro Médico de Macau do Peking Union Medical College Hospital (doravante «Centro Médico de Macau») assumiu, já no primeiro trimestre deste ano, cerca de 11% do volume dos serviços públicos de saúde, com as consultas de especialidade, os exames de imagiologia e o serviço de urgência em expansão constante, sendo gradualmente visíveis os resultados da repartição de encargos entre o sector público de saúde.

Com o aprofundamento do envelhecimento populacional, a procura dos residentes por serviços de saúde de qualidade continua a aumentar. Com o objectivo de reforçar a articulação interna do sector público de saúde e de criar complementaridade com o sector privado, respondendo melhor às expectativas da sociedade, apresento as seguintes três sugestões:

1. Alargar, de forma ordenada, a dimensão dos serviços e aperfeiçoar o apoio de emergência nas Ilhas. Sugere-se que, de acordo com o planeamento, se proceda à expansão gradual da oferta de consultas de especialidade, exames de imagiologia, urgência e internamento do «Centro Médico de Macau», e se estabeleça um mecanismo regular de acompanhamento e avaliação dos resultados, prosseguindo, de forma ordenada, a meta faseada de assegurar, até ao final de 2027, a repartição de 25% do volume dos serviços públicos de saúde. Em paralelo, deve ser continuamente optimizado o apoio de emergência das Ilhas, reforçar a capacidade de resposta no tratamento de traumatismos e de doentes em estado crítico, elevando, de forma global, a cobertura e a acessibilidade dos cuidados de emergência.

2. Optimizar o mecanismo de cooperação entre os dois hospitais e dinamizar a eficiência dos recursos de saúde do sector público. Sugere-se que as autoridades verifiquem, de forma sistemática, o volume de actividade do Hospital Conde de S. Januário, a taxa de utilização e a capacidade de resposta dos grandes equipamentos médicos do Centro Médico de Macau Union, reforçando a complementaridade entre os dois hospitais públicos através da repartição de especialidades, das consultas conjuntas e da verificação, coordenação e mobilização dos recursos, a fim de partilhar recursos, assegurar a complementaridade e aumentar a eficiência. Mais, sugere-se que as autoridades avaliem, de forma objectiva, a procura e a carga de trabalho para cada especialidade, bem como, ajustando, com base nessa avaliação e de forma racional, o quadro do pessoal e a organização dos turnos, e aperfeiçoando, de forma contínua, o sistema de desenvolvimento das carreiras profissionais.

3. Apoiar o desenvolvimento diversificado da saúde no sector privado e alargar o espaço para a indústria de *big health* em Macau. Sugere-se que, em articulação com a Lei da actividade das instituições privadas prestadoras de cuidados de saúde, que entrará em vigor

em breve, se continue a promover, sob o pressuposto de assegurar a segurança dos dados e a privacidade pessoal, o alargamento da cobertura da Plataforma de Registo de Saúde Electrónico a um maior número de instituições privadas de saúde, concretizando o reconhecimento mútuo e a interconexão dos processos clínicos, e que se estude a criação de uma conjuntura colaborativa mais flexível entre os sectores público e privado, em que o sector público assegure os trabalhos de benefício geral, como o tratamento dos doentes graves e a saúde pública, etc., libertando plenamente o potencial de desenvolvimento do sector privado, com o objectivo de, a longo prazo, construir uma cadeia de serviços de colaboração entre os sectores público e privado que abranja desde a prevenção, o rastreio, a reabilitação até ao acompanhamento, satisfazendo as necessidades dos residentes a diferentes níveis, o que também pode alargar o espaço para o desenvolvimento da indústria de *big health*.

Em suma, o Centro Médico de Macau Union afigura-se como a concretização da expectativa dos residentes de “tratar as doenças graves sem sair de Macau” e como um ponto crucial para a melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de saúde local. Espera-se que o Governo coordene o planeamento global dos serviços de saúde do sector público e a formação de quadros qualificados, aprofundando a complementaridade e a sinergia entre os sectores público e privado e apoiando, ao consolidar a salvaguarda da saúde pública, o crescimento ordenado do sector privado, no sentido de promover o desenvolvimento estável da indústria de *big health*, melhorando, de forma contínua, o bem-estar e a saúde dos residentes, com vista à construção de uma cidade saudável e com condições favoráveis para viver.